

Anexo de Metas Fiscais Anuais – LDO 2016

(Art. 4º, Inciso II do § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

Para a projeção das Receitas Orçamentárias não vinculadas, da Administração Direta, visando a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 foi tomado como parâmetro, os índices de expectativa de inflação (IPCA) e PIB, divulgados no Boletim FOCUS apresentado pelo Banco Central do Brasil, e que reflete as expectativas econômicas das instituições financeiras, consultorias e demais empresas que possuem departamento de pesquisa estabelecidas no país.

As informações utilizadas são as que seguem abaixo: indicam o seguinte:

	2016	2017	2018
IPCA (%)	5,60%	5,30%	5,00%
PIB (%)	1,5%	2,0%	2,0%

É de notório saber, que a arrecadação tributária possui estreita relação com o nível de atividade econômica. Se a economia cresce, a arrecadação também se eleva. Se a atividade econômica cai, a arrecadação dos tributos cai de forma mais intensa ainda.

Neste sentido, as projeções tomaram como base o histórico de arrecadação de Receitas de anos anteriores, bem como a expectativa de arrecadação para o exercício de 2015, aplicando-se, quando possível, os índices macroeconômicos já apontados, isoladamente ou sobrepostos, além de outros fatores que influenciam na arrecadação. A seguir, apresentamos a memória de cálculo das principais receitas:

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano – Com base na expectativa de arrecadação para o exercício de 2015, acrescentou-se o índice inflação esperado para o ano de 2015 (8,13%) para atualização dos valores a serem lançados nos carnês, além de uma expectativa de crescimento real do setor imobiliário na ordem de 5%, que por sua vez significa uma maior quantidade de lançamentos tributários. Além disso, com base no planejamento e investimentos em inteligência fiscal, espera-se um ganho na fiscalização de aproximadamente 3,06%.

IR - Imposto de Renda Retido na Fonte: Para a projeção de arrecadação de Imposto de Renda sobre o trabalho assalariado e sem vínculo, foi aplicada sobre a expectativa de arrecadação para 2016, o volume de recursos do Imposto de Renda Retido na Fonte dos salários dos funcionários da municipalidade e terceirizadas, além um crescimento adicional representando a expansão de postos de trabalho e serviços ofertados à população.

ITBI – Imposto sobre a Transmissão inter-vivos de Bens Imóveis – Com base na arrecadação esperada para 2016, foi aplicado os índices esperados de inflação e PIB. Existe ainda os impactos oriundos da Legislação que passa a vigorar a partir do meio do ano de 2015, espera-se que a alteração na legislação promova um incremento de 12,5% na arrecadação.

ISS – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – Este imposto está intimamente relacionado ao nível de atividade econômica, e para o ano de 2015, espera-se arrecadar o montante de R\$ 384 milhões. Aplicando-se o reajuste de preços e a expansão econômica, a Secretaria de Finanças está promovendo avanços nos processos de inteligência fiscal via cruzamento de dados, e por meio de mudanças na gestão de fiscalização em campo. Além do mais, repercute em 2016 as alterações nas alíquotas de ISS que passaram a vigorar em abril de 2015, o que significa dizer que sobre a expectativa de arrecadação para 2015 não consta a alteração das alíquotas, o que deve ocorrer em 2016. Além do mais espera-se retornos sobre alterações estruturais promovidas na Secretaria de Finanças, via contratação de novos Auditores Fiscais, que repercutirá em uma melhor capacidade de fiscalização.

ICMS – Cota Parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Da mesma maneira que o ISS, a arrecadação desta receita é extremamente correlacionada ao desempenho da atividade econômica, e representa a maior fonte de receita para o Município. Para sua projeção, além da expectativa sobre o crescimento do PIB e IPCA, leva-se em consideração o IPM – Índice de Participação dos Municípios que representa o peso do município na distribuição do ICMS arrecadado pelo Estado.

Assim sendo, sobre a base esperada de arrecadação R\$ 1,025 bi foi aplicado os índices de PIB e Inflação, além de um crescimento de 2,8% no índice de participação.

IPVA - Com base na expectativa de arrecadação do exercício 2015, foi aplicada a variação da inflação, e do PIB, além de 5% referentes ao crescimento real da frota, refletindo a retomada do crescimento das vendas no setor automotivo

FPM – Com base na expectativa de arrecadação do exercício 2015, foi aplicada a variação da inflação e expansão do PIB, haja vista que o Fundo é composto por IPI, oriundo da atividade industrial, e IR, imposto incidente sobre a renda. Além do mais foi aplicada a alteração na legislação que concede aos Municípios uma maior participação no fundo.